

Notícias

Proposta do OE/2008 autoriza passagem a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Artigo 89.º dá «luz verde» para alteração do Estatuto

Nos termos do artigo 89.º do Orçamento do Estado para 2008, o Governo propõe, e nada indicia que não seja aprovada, à Assembleia da República, uma autorização legislativa para proceder à alteração do Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (ECTOC). Aquele artigo tem a seguinte redacção: «É concedida autorização ao governo para rever o Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de Novembro, mantendo as suas principais linhas caracterizadoras, e introduzindo alterações ao regime vigente, com o sentido e alcance seguintes:

- a) Alterar a designação de Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas para Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas;
- b) Estabelecer as condições de constituição, inscrição na Ordem e funcionamento das socie-

dades de profissionais de Técnicos Oficiais de Contas;

c) Estabelecer as condições de constituição, inscrição na Ordem e funcionamento das sociedades de Contabilidade e Administração;

d) Estabelecer o regime aplicável aos Técnicos Oficiais de Contas que exerçam a profissão em regime de contrato individual de trabalho, quando a entidade patronal seja outro técnico oficial de contas, sociedade de profissionais Técnicos Oficiais de Contas e sociedades de contabilidade e administração, no sentido de determinar a acumulação de pontuações por parte de profissionais ou entidades empregadoras;

e) Redefinir a estrutura orgânica da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas;

f) Estabelecer que a capacidade eleitoral passiva, após aplicação de sanção superior à advertência, se adquire passados cinco anos da sua aplicação;



A passagem da Câmara a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas será o culminar de uma luta com muitos anos

g) Tipificar como infracção passível de pena de suspensão a retenção de documentos, sem motivo justificado, para além do prazo estabelecido no Código Deontológico, da documentação contabilística ou livros da sua escrituração, da retenção ou utilização para fins diferentes dos legais e regulamentares das importâncias que lhes sejam entregues pelos seus clientes ou entidades patronais e o não cumprimento das suas funções profissionais ou das regras técnicas aplicáveis à execução das contabilidades;

h) Tipificar como infracção passível de pena de expulsão o fornecimento de documentos ou informações falsas, inexactas ou incorrectas, que tenham induzido em erro a deliberação que teve por base a sua inscrição na Ordem e a condenação judicial em pena de prisão efectiva superior a cinco anos;

i) Implementar no âmbito da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, sistemas de verificação de qualidade dos serviços prestados pelos técnicos oficiais de contas;

j) Incluir no Estatuto o Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas e a regulamentação das sociedades de profissionais e de contabilidade e administração.»

Esta proposta é o culminar de uma luta que já dura há muitos anos, foi objecto de promessas não cumpridas durante muito tempo e que agora, na sequência de uma promessa, embora verbal, do actual secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, João Amaral Tomaz, tudo indica que será uma realidade no próximo ano.

A materialização deste anseio, pela sua profundidade e pelos efeitos que terá a curto prazo na credibilização da profissão, constituirá importante marco histórico.

Em dez anos, com o esforço, talento, criatividade, vontade de servir e empenho dos profissionais, mudou-se de forma profunda o conceito e credibilidade da actividade. A passagem a Ordem constitui enorme manancial de esperança para todos os que lutam por uma profissão melhor.

Pela natureza jurídica da própria autorização legislativa, a mesma terá que ser usada no decurso do ano de 2008, sob pena da sua caducidade. Tal facto obrigará a que os órgãos eleitos no próximo acto eleitoral, para a ainda Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, tenham que, em tempo útil, apresentar ao governo uma proposta de Estatuto, para que seja aprovada através de Decreto-Lei. ■

Formação à distância inicia fase experimental

Sistema de *e-learning* disponível a partir de 15 de Novembro

Encontram-se em fase de produção as ferramentas informáticas que vão sustentar o novo canal de formação da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas: a «formação à distância.»

Este novo método assenta nas tecnologias de *e-learning*, tendo sido adoptada a base *Black Board*, por ter sido a que maior confiança inspirou à Direcção. Foram consultadas cinco empresas de *software* que, depois de conhecerem as necessidades da Instituição, apresentaram as soluções informáticas e respectivas tecnologias a adoptar.

Este processo, desde o início acompanhado por assessores e colaboradores externos da CTOC na área da informática, bem como por técnicos internos, levou à necessidade de se compatibilizar o sistema a implementar, não só com a base de

dados da CTOC, assente em linguagem *Oracle*, mas também na exigência de interligação com a televisão por Internet, a implementar brevemente pela Câmara.

Na sequência de uma análise aprofundada das soluções apresentadas pelas cinco empresas concorrentes, a Direcção deliberou adjudicar a proposta da empresa Novabase.

O que é o ensino à distância?

O novo método de ensino à distância consiste em transmitir através da *web* a formação em vídeo, previamente gravada pelo formador, para cujo desempenho serão convidados os melhores especialistas nas matérias a leccionar.



A aposta no *e-learning* irá revolucionar a formação ministrada pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas

A formação será, em função da sua duração ou complexidade, dividida em blocos formativos, findos os quais se inicia um mecanismo de interacção entre os formandos, discutindo e esclarecendo as dúvidas que o bloco ministrado lhes originou, sendo as mesmas dissipadas pelo orientador da turma em que se enquadram os formandos.

Teremos, então, um formador único a nível nacional, o que vai proporcionar uma homogeneidade na acção de formação. Os TOC que aderirem a este tipo de formação serão enquadrados em turmas que serão acompanhadas pelo respectivo orientador tendo em conta o tema tratado.

No final de cada bloco formativo, matéria em análise, formador, orientador e formandos, serão objecto de avaliação, com vista a ter-se uma imagem o mais fiel possível da utilidade do tema, do desempenho do formador e orientador e do nível da sua perceptibilidade por parte dos formandos.

A implementação deste método de formação não implicará para os profissionais quaisquer encargos, pois funcionará dentro do sistema informático da CTOC, acedendo a ele todos os membros que tenham, no mínimo, o *Windows 95*.

As vantagens da implementação deste novo método de formação são enormes, pois para além de possibilitar a sua frequência em qualquer parte do mundo, desde que tenha acesso à Internet, permitirá, pelo facto de se ter apenas um formador, uma homogeneidade na formação, potenciando-se mais facilmente as características do formador e uma melhoria significativa na qualidade da formação.

Os elementos de estudo e análise que é possível retirar do funcionamento do sistema permitirão uma base de dados relativa à formação que possibilitará à Câmara um conhecimento muito mais integrado e sustentado das necessidades dos membros.

Nos termos do caderno de encargos acordado com a Novabase, esta vai colocar até ao dia 15 de Novembro um protótipo que funcionará em fase experimental, que se pretende que seja utilizado por todos os TOC e que, através das suas sugestões e ideias, nos permita aperfeiçoar o novo método. Por isso, a partir de 15 de Novembro os profissionais podem consultar a página da CTOC, colaborando no aperfeiçoamento deste sistema de formação. ■

«As mãos que embalam o berço são as mesmas que podem fazer o mundo girar»

Conferência “A mulher na profissão” juntou 1 200 TOC em Santa Maria da Feira

Pouco passava das 8 da manhã quando começaram a chegar ao amplo espaço do Europarque, os primeiros membros para assistir à conferência «A mulher na profissão.» Rapidamente uma extensa fila se formou para as necessárias credenciações. As cerca de 1200 pessoas que demandaram Santa Maria da Feira, onde as mulheres pontuavam em visível maioria, correspondiam à medida exacta do êxito em que se transformou mais esta iniciativa da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

Teresa Santos, a responsável máxima da Comissão Organizadora e membro da Direcção da CTOC, fez questão de congratular a plateia por isso mesmo, lembrando tratar-se de uma «iniciativa pioneira no seio da profissão, numa altura em que se comemora o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos.»

Teresa Santos justificou a aposta na conferência pela necessidade de debater problemas e constrangimentos que afectam sobretudo as mulheres e apresentou uma série de números que mostra, entre outras particularidades, o equilíbrio entre os dois sexos na lista de membros da CTOC: 49,6 por cento de mulheres e 51,4 de homens. Mas há outros dados que indiciam uma revolução tranquila: «Se analisarmos o universo dos membros por escalões etários, verificamos que as mulheres estão em larga vantagem na faixa dos 20 aos 29 e dos 30 aos 39 anos», afirmou Teresa Santos.

Domingues de Azevedo, por seu lado, lembrou que «se cada género compreender melhor as dificuldades que cada um tem na profissão, rapidamente concluiremos que só temos motivos para nos complementarmos. Uns e outros têm que estar aptos a dar e a receber.»



Maria José Morgado foi a moderadora do último painel da conferência, subordinado ao tema «Intervenção da mulher no futuro»

A sessão de abertura teve também a participação de Maria Clara Bugarim, presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), do Brasil, que se mostrou «encantada» com a capacidade de mobilização demonstrada pela Câmara e lembrou que no Brasil «na primeira vez que tentámos realizar um evento como este, tivemos imensas dificuldades.» Após um breve retrato sobre a realidade brasileira, Clara Bugarim garantiu que, do outro lado do Atlântico, «as mulheres querem vencer, mas não querem derrubar ninguém.»

Excessiva carga de trabalho diária

Sobre a realidade portuguesa, e socorrendo-se de dados oficiais, falaria Idália Moniz, secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, que se mostrou impressionada pela «notável capacidade mobilização, mesmo tratando-se de um sábado com bom tempo.»

Porque o tempo e os tempos mudam, Idália Moniz lembrou que temas como os que estavam em debate «são uma reflexão, em primeiro lugar, sobre os Direitos Humanos que até ainda há bem pouco tempo eram designados por Direitos do Homem. Penso que isto diz tudo.»

Após ter recordado, numa breve incursão histórica, alguns episódios marcantes da luta pela igualdade de direitos das mulheres, como as comemorações, no corrente ano, do 150.º aniversário da greve das operárias de Nova Iorque para exigirem a redução do horário de trabalho e que terminaria de forma trágica, leia-se banho de sangue, Idália Moniz disse que, em Portugal, a «discriminação está proibida na Constituição, mas a prática é bem diferente.»

E nada melhor do que os números para dar contornos bem definidos à realidade: a taxa de emprego feminina era de 62,3 por cento contra 73,8 entre os homens e a taxa de desemprego feminina atingia os 9 por cento contra os 6,5 por cento masculina. Apesar de 65 por cento dos licenciados serem mulheres, tal não tem correspondência no desempenho de funções de maior responsabilidade, como o demonstra a participação de mulheres nos lugares de dirigentes e chefias da função pública: apenas 28,9 por cento estão no escalão superior, sendo que, à medida que se desce na pirâmide, aumenta a percentagem feminina. É assim, por exemplo, nos cargos de direcção intermédia, no qual 53,9 por cento são mulheres.

Olhando depois para a vertente social e familiar, Idália Moniz garantiu que Portugal «é um dos

países europeus onde há mais duração de trabalho diário e menos partilha de responsabilidades familiares. A sociedade ainda não reconhece às mulheres o exercício de actividades sociais autónomas.»

Melhor trabalho

O primeiro painel do dia, subordinado ao tema «A intervenção social da mulher», contou com Elza Pais e Clotilde Palma como oradoras, tendo como moderadora Edite Estrela. A eurodeputada salientou que «este não era um encontro de mulheres mas de toda a gente» e defendeu que «as mulheres são necessárias para o progresso da sociedade e o cumprimento da democracia.»

Elza Pais, presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género, abordou «O estudo do género – enquadramento social» e afirmou que numa «Europa onde não há lugares para todos, é uma Europa menos preparada para o futuro. A Europa, como economia mais competitiva do mundo, deve salvaguardar os direitos de todos.» Elza Pais constatou ainda que «as mulheres portuguesas trabalham muito» e que é fundamental «derrubar estereótipos que têm impedido as mulheres de se afirmar». Em jeito de conclusão, a oradora deixou uma certeza: «As mulheres portuguesas não querem só mais trabalho. Querem melhor trabalho.»

Clotilde Palma dissertou, logo depois, sobre «O estudo do género – enquadramento jurídico» e apresentou uma comunicação intitulada *Vive la différence* questionando se, apesar de teoricamente não existirem diferenças em termos jurídicos, elas não existirão na prática. «A lei é igual para todos», lembrou esta professora universitária, socorrendo-se da Constituição, mas recordou a dificuldade que existe em definir o que é igual ou desigual.

Numa breve incursão histórica, Clotilde Palma recordou que todas as constituições, desde a de 1822, se referiam à igualdade, com diversas amplitudes e aplicações. Mas só em 1971 é que a Constituição passaria a falar em diferenças de tratamento quanto ao sexo, apesar de se terem mantido as normas discriminatórias no Código Civil. E aí, a oradora salientou situações como o facto do marido ter «o direito de denunciar a todo o tempo o contrato celebrado pela mulher com terceiro, relativo a actividades lucrativas» ou, no tocante ao Direito do Trabalho, «as mulheres eram impedidas, nos anos 60, de ter acesso a profissões como as da carreira diplomática

e de magistratura.» Mas os exemplos não se ficaram por aqui. «O Código Penal de 1886 permitia ao marido matar a mulher em flagrante delito de adultério», lembrou Clotilde Palma para concluir que «há um rosto feminino do direito e um rosto masculino, mas não deverão existir direitos diferentes para homens e mulheres».

Esta especialista em Direito Fiscal conclui que «no nosso sistema jurídico, a mulher sofria de uma *capitus diminutio*, estando relegada para um estatuto de clara inferioridade, dependência e submissão face aos homens. Poderá parecer fácil falar de igualdade. O mais difícil é praticar efectivamente a igualdade.»

O primeiro painel terminaria com o testemunho de Madalena Oliveira que, apesar dos seus 29 anos, é já doutorada em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho e professora auxiliar no departamento de Ciências da Comunicação da mesma universidade.

Esta ex-jornalista deixou alguns dados sobre o campo que melhor conhece, garantindo que, também nos *media*, há ainda um longo caminho a percorrer, uma vez que os 40 por cento de mulheres com carteira profissional não tem correspondência a nível de cargos de direcção e chefia.

As mulheres estão distanciadas das esferas do poder

O painel «A intervenção profissional da mulher» foi moderado por Lúcia Lima Rodrigues, a primeira portuguesa doutorada em Contabilidade, que se congratulou com o crescente número de docentes universitárias e mostrou a sua confiança que «a investigação contribui para mudar o mundo.»



Cerca de 1 200 profissionais, na sua maioria do sexo feminino, ouviram com atenção as razões da discriminação entre géneros no mundo do trabalho

Maria Clara Bugarim, a primeira mulher que atingiu a presidência do CFC do Brasil nos 60 anos de história da instituição, baseou a sua intervenção na profissão de «contador» naquele País, bem como a evolução dos direitos da mulher brasileira.

O ponto de viragem aconteceu em 1934 com a eleição da primeira deputada federal, Carlota Pereira Queiroz.

Desde então, muito mudou. Em 1996, o Congresso Nacional introduziu o sistema de cotas, obrigando à presença de um mínimo de 20 por cento de mulheres. Contudo, para Clara Bugarim, o «sistema revela pouca eficácia», até porque actualmente a composição feminina no Congresso não chega a 10 por cento.

A professora universitária ressaltou que em termos académicos a presença da mulher tem conhecido uma evolução muito favorável, especialmente nos cursos de ciências contabilísticas.

Todavia, as desigualdades subsistem: «As mulheres ainda auferem menos do que os homens, cerca de 20 por cento menos, mesmo desempenhando as mesmas tarefas.» O que não invalida que as representantes do sexo feminino ocupem cada vez mais cargos de chefia e direcção. Na entidade a que preside, o CFC, dos 396 mil profissionais, apenas 37 por cento são mulheres, o correspondente a 145 mil. O CFC promove, neste momento, um projecto denominado «Mulher contabilista», que procura o «aprimoramento técnico/cultural da mulher, com vista à sua participação em entidades contabilísticas e na política. Para concluir, a mensagem de Clara Bugarim foi de optimismo: «As mãos que embalam o berço são as mesmas que podem fazer o mundo girar.»

Begoña Giner, catedrática de Economia, Finanças e Contabilidade da Universidade de Valên-

cia, Espanha, veio a Santa Maria da Feira abordar «A profissão na Europa». Nos organismos que regulam a aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade, a docente constatou que a presença de mulheres é ainda muito reduzida. O cenário nos conselhos de administração das grandes empresas financeiras não é muito diferente, com 7 por cento de mulheres, em média. Nos países nórdicos, o panorama é distinto.

A representatividade das mulheres dispara para números que rondam os 20 por cento. «A evolução ao nível da Europa Central é favorável, mas lenta», disse Begoña Giner, que enalteceu algumas medidas recentes, como as do Código Conthe, em que as empresas têm que justificar quando o número de conselheiras for escasso ou nulo. Na academia espanhola os progressos também são notados. A estrutura docente é composta por 15 por cento de catedráticas e mais de metade dos alunos inscritos são mulheres. Begoña Giner advertiu que os «tectos de cristal» ou barreiras continuam no caminho das mulheres, por alegados motivos de liderança, falta de aptidão ou preparação. «Faltam medidas para combinar profissão e vida familiar. As mulheres não tomam decisões de cariz político porque continuam distanciadas das esferas do poder.»

Técnica Oficial de Contas há 30 anos, Guilhermina Freitas traçou uma análise da cronologia evolutiva de uma profissão que se assume como «uma actividade de serviço» para dar resposta aos novos problemas. A exigência de conhecimentos que se depara aos profissionais é enorme: «Contabilísticos, fiscais, jurídicos, económico/financeiros e informáticos», só para citar alguns. Esta exigência requer dedicação exclusiva, reciclagem permanente de conhecimentos, numa sociedade «que ainda não está preparada para ver uma mulher 100 por cento empenhada no trabalho». Guilhermina Freitas mostrou-se convicta que o futuro passará pela «ascensão das TOC a funções de maior valor acrescentado». O encerramento do período matinal coube a Isabel Almeida. O testemunho desta jovem TOC de 37 anos e docente da Universidade do Minho assentou na ideia de que é possível conciliar vida pessoal e profissional e que «o contributo desta conferência, que comparou a uma gota de água no oceano, não deve ser descurado pelas participantes no evento.»

Muita legislação, fraca fiscalização

Moderado pela jornalista Lúcia Gonçalves e com a presença de Teresa Caeiro e Odete San-

tos, o terceiro painel arrancou com a deputada do CDS-PP a abordar o tema «A família». «As questões da mulher só estarão definitivamente resolvidas quando não for preciso debate», defendeu Teresa Caeiro, para quem o triângulo trabalho/família/vida pessoal «é extremamente difícil de conciliar.» Apesar de reconhecer que após o 25 de Abril «as mulheres assumiram cidadania plena», a deputada centrista não se coibiu de afirmar que «legislou-se muito, aplicou-se mal e fiscalizou-se ainda pior», porque continuam a existir situações que prejudicam a actividade das mulheres.

Manifestando-se contra a atribuição de subsídios como forma de resolver problemas quando se fala no apoio às famílias, Teresa Caeiro defendeu a busca «de novas formas de flexibilizar o tempo de trabalho» como um caminho possível para garantir mais tempo para a família. A deputada terminou a sua intervenção com a garantia de que «não é através da lei de cotas, criando artificialmente lugares, que chegaremos lá. Temos ainda um longo caminho a percorrer.»

Seguiu-se Odete Santos. A ex-deputada comunista debruçou-se sobre «Constrangimentos e desafios» e enumerou, desde logo, dois factores que originam muitas das discriminações contra as mulheres: o facto de poder ser mãe e as tarefas caseiras lhe estarem “destinadas”. É assim, por exemplo, no emprego, para quem, defende Odete Santos, «a mulher parte, desde logo, em desvantagem.» Socorrendo-se de dados oficiais, a antiga deputada comunista assegurou que «a situação, ultimamente, piorou muito, com a substituição do emprego a tempo inteiro pelo trabalho parcial» ou com a troca do emprego mais qualificado pelo menos qualificado, garantindo que, em 2005, «a diferença em relação às remunerações agravou-se para as mulheres mais qualificadas.»

Para alterar este quadro, Odete Santos falou de «mudança de mentalidades», algo «muito difícil em tempos de recessão como aqueles que vivemos. Esta época não é boa para o aparecimento de ideias que combatam a discriminação. Mas também é verdade que todos os dias se luta contra isso.»

O testemunho de Inês Fonseca Pinto ilustra bem a vontade que é necessária possuir para vencer os obstáculos. Com quatro filhos, o mais novo dos quais com 9 meses, esta doutoranda e ex-1.^a vogal da Comissão de Inscrição da CTOC falou da forma como a família influenciou as suas escolhas profissionais mas também a garan-

tia de que é possível ultrapassar as dificuldades caso exista vontade.

Estereótipos e paradigmas culturais resistentes

No intervalo da tarde, que antecedeu o quarto e último painel, procedeu-se à realização de um sorteio de uma viagem ao Brasil para duas pessoas, com o apoio da Agência Abreu. A contemplada foi Susana Santos, TOC n.º 35 808.

O derradeiro painel, dedicado à «Intervenção da mulher no futuro» teve a moderação de Maria José Morgado.

Na curta alocução, a magistrada declarou que «o futuro é de esperança e a mulher deverá afirmar-se como pilar na construção do seu papel e desse futuro.» Sobre a CTOC, referiu ser uma instituição que é «um exemplo de competência e dinamismo.»

Gabriela Gonçalves, vice-presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Algarve e licenciada em Psicologia Social, dissertou sobre «As relações de género - Perspectivas.» «Combatido o sexismo hostil, o sexismo mantém-se e é res-

ponsável pela manutenção dos desequilíbrios entre géneros», referiu. «É preciso não ter medo e aceitar as diferenças entre homem e mulher e eliminar os estereótipos incontornáveis e universais aplicados frequentemente aplicados à mulher», acrescentou. Para esta especialista em psicologia social, as demonstrações de sexismo na sociedade «estão associadas à cultura e grau de desenvolvimento de um País».

Helena Reis iniciou a sua intervenção com uma pergunta: «Estarão as organizações a mudar/humanizar-se com a gestão no feminino?» Mestre em «Estudos sobre as mulheres» pela Universidade Aberta de Lisboa, Helena Reis concluiu nas suas investigações que «as mulheres têm que demonstrar provas de maior competência para chegar ao topo. Ao nível intermédio da função pública, as mulheres dominam, mas ainda tardam em chegar ao topo das hierarquias». Helena Reis está convicta que a gradual afirmação da mulher e o empreendedorismo feminino estão a mudar as organizações. A oradora aproveitou a sua intervenção para homenagear a primeira mulher que se inscreveu na CTOC, em Janeiro de 1997, Madalena Castanho, a actual responsável pelo departamento de funcionamento da Instituição.



A diferença entre géneros é indiscutível mas, para minorar as desigualdades, é necessário «uma mudança de mentalidades»

O testemunho do último painel coube a Ana Cristina Silva, Técnica Oficial de Contas e responsável pelo departamento técnico da CTOC. A oradora reconheceu o «favoritismo» que existe na sociedade em relação aos homens sobre as mulheres, mas não se mostrou pessimista quanto ao futuro. Ana Cristina Silva apelidou as mulheres que lutam por mudar este estado de coisas de «malabaristas do tempo» e deu o exemplo das reuniões livres das quartas-feiras, promovidas pela CTOC, em que se vislumbra com maior assiduidade «mais caras novas, muitos deles rostos femininos. É urgente o reforço da participação da mulher na profissão, equilibrando os aspectos sociais e laborais», concluiu.

Elda Guimarães, presidente da Assembleia de Representantes do ISCAA, teve a responsabilidade de abrir a sessão de encerramento. A docente da Universidade de Aveiro declarou que «as mulheres não abdicam dos seus papéis e buscam estratégias para se organizar, procurando marcar o seu espaço e romper com o

mundo masculino em colaboração com o homem».

O presidente da CTOC, Domingues de Azevedo, congratulou-se com o sucesso da iniciativa e prometeu repetir, no futuro, eventos «com esta qualidade e elevação.»

A fechar a sessão, Manuel dos Santos, presidente da Mesa da Assembleia Geral da CTOC, ressaltou que «a legislação portuguesa não discrimina o género», considerando-a «das mais avançadas». O problema, disse, é que «os paradigmas culturais mantêm-se». Manuel dos Santos considerou que a conferência realizada no Europarque «foi um bom contributo para a promoção da igualdade de género.» Sobre os Técnicos Oficiais de Contas enalteceu a dimensão técnica e de cidadania destes profissionais, bem como a responsabilidade que têm para com a sociedade. «Em apenas 10 anos, foram responsáveis pelo operar de uma revolução sem rupturas sociais, aproveitando o legado do Prof. Sousa Franco.» ■

Tributação de mais-valias nas SGPS

Livro do TOC Miguel Pinto de Melo

«**A** tributação das mais-valias realizadas na transmissão onerosa de partes de capital pelas SGPS» é um livro editado pela Almedina da autoria de Miguel Pinto de Melo, Técnico Oficial de Contas n.º 10 254, escrito no âmbito da pós-graduação avançada em Direito Fiscal, organizada pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (IDEFF) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Neste livro, que é uma ferramenta útil e uma mais-valia para todos os que no dia-a-dia li-

dam com esta problemática específica da fiscalidade nestas sociedades, o autor analisa uma série de regimes jurídicos e debruça-se sobre um conjunto de informações sobre a tributação das mais-valias nas SGPS. «A tributação de mais e menos-valias tem vindo a revelar-se uma área de política fiscal muito sensível, tendo sofrido alterações à medida que novos governos avançam para o poder», refere Miguel Pinto de Melo na introdução da obra. ■

Impressão de recibos de pagamento

Funcionalidade disponível para os membros

Já se encontra disponível no *site* da Câmara a funcionalidade que permite aos membros imprimir os recibos que comprovam o pagamento

das suas quotas. Para tal, basta que acedam à área reservada a membros, procurem em «Serviços» e, posteriormente, «Impressão de recibos». ■

TOC de Trás-os-Montes têm nova casa

13.^a representação da Câmara

Com a abertura da 13.^a representação permanente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), em Vila Real, encerra-se um ciclo que, no entendimento da Direcção, permite cobrir, de forma harmoniosa, o País.

A nova casa dos cerca de 1 300 Técnicos Oficiais de Contas que residem em Trás-os-Montes (distritos de Vila Real e Bragança) localiza-se na Avenida 1.º de Maio, n.º 23, no centro de Vila Real, em frente ao hotel Miracorgo, e vai permitir, de imediato, acolher as sempre muito participadas reuniões livres das quartas-feiras.

Na cerimónia de inauguração (tarde de sábado, dia 6 de Outubro) estiveram presentes mais de 50 profissionais, bem como toda a Direcção da CTOC e alguns membros dos órgãos.

Domingues de Azevedo definiu este local como «um espaço dos membros e para os membros» e lembrou que o cumprimento desta promessa se insere numa lógica assente no «valor da solida-

riedade», visando atenuar os efeitos dos custos da interioridade, sobre as regiões afastadas do litoral.

O investimento, prosseguiu o presidente da CTOC, visa dar a mesma oportunidade a todos, colocando em pé de igualdade os membros de Trás-os-Montes e dos restantes distritos.

Os TOC interessados em reunir-se na representação permanente de Vila Real para debater temas relacionados com a profissão devem contactar previamente a funcionária da Câmara destacada para aquele espaço.

Honorabilidade, credibilidade e qualidade

Domingues de Azevedo congratulou-se com o significado deste momento para os TOC transmontanos, mas deixou um alerta: «A CTOC criou o espaço, agora cabe-vos criar o espírito de classe, visando a consequente dinamização.»



Com a abertura da representação permanente de Vila Real, a 13.^a no País, os TOC transmontanos vêem atenuados os custos da interioridade

O dirigente máximo da entidade que regula a profissão acrescentou que o espírito profissional deve assentar em três vértices fundamentais: a honorabilidade, a credibilidade e a qualidade.

«Só conseguimos fazer bem feito, com critérios de qualidade. O facilitismo entristece-me. Mas a mudança de mentalidades compete a cada um de vós», referiu. Domingues de Azevedo continuou a sua explanação, dizendo que «a melhor defesa do profissional não é aquela que é desenvolvida pela CTOC, mas sim a que é feita pelo próprio profissional, quando ele domina em profundidade as temáticas da sua profissão, pois naquele domínio, ele saberá com facilidade separar o que está certo do errado e, em consequência, defenderá melhor os seus direitos.»

«Só o estudo aturado e uma forte aposta na formação será capaz de dotar os profissionais dos conhecimentos e sensibilidades necessários para um bom desempenho», disse Domingues de Azevedo. «Por vezes, os Técnicos Oficiais de Contas cultivam ideias ou tendências minorizadas quando se comparam com outras profissões. Não têm razões objectivas para isso. Para além de outras funções, são estes profissionais que manuseiam os actos conducentes à determinação da capacidade contributiva de empresas e cidadãos, isto é, são os TOC que concorrem para que a sociedade tenha dinheiro para se gerir a si própria. Isso é uma grande honra para os profissionais» disse o presidente da Direcção. ■

«A Nova Lei das Finanças Locais» apresentado a 13 de Novembro

Joaquim Alexandre lança, na CTOC manual obrigatório para os profissionais

Com o apoio da CTOC realiza-se no próximo dia 13 de Novembro, pelas 11 horas, o lançamento do livro «Nova Lei das Finanças Locais - manual para financeiros e não financeiros», da autoria de Joaquim Alexandre, Técnico Oficial de Contas n.º 29 150.

O lançamento do livro, cuja cerimónia vai decorrer no auditório da “casa” dos TOC, surgiu das anotações que o autor compilou desde o início da discussão pública do projecto da nova Lei das Finanças Locais, até à publicação do diploma em «Diário da República», a 15 de Janeiro deste ano.

A experiência que Joaquim Alexandre acumulou *in loco* permitiu-lhe observar os «problemas concretos da Administração Local» e o «esforço digno e meritório, tantas vezes desconhecido, de Técnicos Oficiais de Contas, chefes de divisão, directores financeiros e dirigentes autárquicos, no sentido de serem encontradas as melhores soluções, adoptadas as melhores práticas e acauteladas as conformidades legais.»

A consolidação e certificação legal das contas merecem um enfoque específico nesta obra com mais de 600 páginas, centrando-se na óptica das autarquias. É a obrigatoriedade de tais operações, que requerem novas abordagens organizacionais e de gestão, que o livro procura dar conta. No final do manual, os leitores

têm à sua disposição e para consulta toda a legislação essencial sobre a nova Lei das Finanças Locais.

No seguimento do patrocínio que a CTOC tem dado às sucessivas edições do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, a Instituição vai procurar manter um olhar muito especial relativamente à Contabilidade Pública, com particular acuidade para a gestão financeira dos municípios, num contexto em que individualidades de peso na sociedade, entre as quais o presidente do Tribunal de Contas, reconheceram a necessidade de os Técnicos Oficiais de Contas desempenharem funções activas na administração pública, designadamente a local.

Joaquim Alexandre, licenciado em Economia pelo ISEG, com pós-graduação em Contabilidade e Fiscalidade, é autor de diversos artigos técnicos em publicações especializadas. É membro da CTOC e da Ordem dos Economistas, formador certificado pelo IEFP, para além de possuir uma longa experiência em consultoria, auditoria e elaboração de pareceres de carácter técnico e normativo junto de empresas privadas e múltiplas entidades da administração central, local e regiões autónomas.

Os TOC que desejarem estar presentes devem confirmar para os números 21 799 79 15/18/17 ou através do e-mail: comunicacao@ctoc.pt. ■